**Memorando de Entendimento**

**sobre o Grupo de Trabalho de Facilitação de Comércio**

**Entre**

**O Ministério das Relações Exteriores e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços da República Federativa do Brasil e**

**O Ministério do Comércio da República Popular da China**

O Ministério do Comércio da República Popular da China e o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços da República Federativa do Brasil, doravante denominadas simplesmente como “a Parte” e coletivamente como “as Partes”;

RECONHECENDO que Brasil e China são importantes parceiros comerciais e que se faz necessário trabalhar conjuntamente para promover um desenvolvimento sustentado, estável e equilibrado do comércio bilateral;

DESEJANDO aprofundar ainda mais a cooperação comercial bilateral, para explorar o potencial para o crescimento comercial dos dois países, e para aumentar a qualidade, diversidade e nível do comércio bilateral;

CONSIDERANDO o recente estabelecimento do Grupo de Trabalho de Facilitação de Comércio (doravante denominado “Grupo de Trabalho);

CHEGARAM ao seguinte entendimento:

**Parágrafo 1: Principais Responsabilidades**

As principais responsabilidades do Grupo de Trabalho incluem:

(a) Avaliar a cooperação comercial bilateral e explorar o potencial de crescimento do comércio com o objetivo de expandir e diversificar o comércio bilateral e promover o crescimento e desenvolvimento econômico mútuo;

(b) Trabalhar na busca de soluções para evitar barreiras desnecessárias ao comércio e resolver quaisquer obstáculos no acesso ao mercado da contraparte, por meio de diálogo e consultas para melhor entendimento sobre os sistemas regulatórios de ambas as Partes, e para promover o comércio fluído entre os dois países;

(c) Encorajar as empresas de ambos os lados a participar ativamente em feiras promovidas pelas Partes, como a China International Import Expo, a China Import and Export Fair, e, no Brasil, o APAS Show e a Anufood Brazil, entre outras, assim como apoiar atividades de promoção mútua de comércio;

(d) Promover a troca de informações relacionadas ao comércio sobre a adoção de boas práticas regulatórias e de um ambiente regulatório transparente e previsível;

(e) Estabelecer canais de comunicação efetivos, respondendo rapidamente e conduzindo consultas tempestivas para endereçar importantes preocupações no comércio bilateral;

(f) Promover medidas de facilitação de comércio com vistas a tornar mais ágil a circulação, a liberação e o despacho aduaneiro de bens;

(g) Explorar a possibilidade de condução de estudos conjuntos sobre a relação comercial bilateral.

**Parágrafo 2: Provisões Institucionais**

O Grupo de Trabalho, estabelecido sob a Subcomissão Econômico-Comercial e de Cooperação da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação, é coordenado, no lado chinês, no nível de Diretor Geral, pelo Departamento de Comércio Exterior do Ministério do Comércio da República Popular da China e, no lado brasileiro, pelo Departamento de Política Comercial do Ministério das Relações Exteriores e pela Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços da República Federativa do Brasil.

Considerando a agenda, o Grupo de Trabalho deverá convidar autoridades relevantes e poderá convidar organizações industriais e empresas para participar de reuniões.

**Parágrafo 3: Mecanismo de Trabalho**

(a) As reuniões do Grupo de Trabalho serão conduzidas separadamente ou em paralelo com a Subcomissão Econômico-Comercial e de Cooperação da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação. A data e o local das reuniões serão determinados conjuntamente pelas Partes. As reuniões podem acontecer virtualmente sempre que acordado/necessário; e

(b) As Partes manterão contato regular por meio de seus coordenadores.

**Parágrafo 4: Efeito Legal**

Este MdE não cria nenhum tipo de obrigação legalmente vinculante para as Partes e não constitui um tratado ao amparo da lei interna.

**Parágrafo 5: Efeitos, Duração e Término**

(a) Este MdE terá efeitos a partir da data de assinatura pelos representantes das Partes.

(b) Este MdE permanecerá aplicável a menos que uma Parte notifique as outras Partes por escrito de sua intenção de terminar este MdE. Esse término acontecerá em noventa (90) dias contados a partir da data de recebimento de tal notificação.

Assinado em três vias autênticas em Beijing, em 14/04/2023, nas línguas portuguesa e inglesa.

|  |  |
| --- | --- |
| PELO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_PELO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ | PELO MINISTÉRIO DO COMÉRCIO DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  |